

Escre(vivências) em direitos humanos com juventudes periféricas do Grande Bom Jardim – Fortaleza-CE

Writing (experiences) on human rights with peripheral youth in the Greater Bom Jardim Area - Fortaleza-CE

Mayara Ruth Nishiyama Soares*
Arthur Félix Oliveira Coelho**
Júlio César Cardoso Rodrigues***
Cecília Oliveira Cunha****

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar de que maneira jovens estudantes de escolas públicas do Grande Bom Jardim (GBJ) escre(vivem) suas experiências relacionadas à violência e agenciam e compreendem o conceito de Paz, em um diálogo entre a realidade desse território e a escrita literária de Conceição Evaristo. Trata-se de uma pesquisa-inter(in)venção sob inspiração das formulações teórico-epistêmicas e metodológicas dos estudos contracoloniais e dos feminismos negros com aproximações cartográficas. Enfocamos uma oficina proposta no VI Festival das Juventudes, em que se discutiu violência e paz a partir das obras e da compreensão dos jovens sobre a literatura de Conceição Evaristo. Assim, trazemos os modos de fazer do coletivo Artes Insurgentes, como produtores de novos agenciamentos dessas juventudes frente ao enfrentamento da violência, em uma aposta com os direitos humanos por meio de novos campos existenciais que se formam da arte.

Palavras-chave: Violência. Arte. Periferia. Juventudes. Direitos humanos.

Abstract: The article aims to analyze how young students from public schools from Grande Bom Jardim (GBJ) write (live) their experiences related

*Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre e Graduada em Psicologia pela UFC. Especialista em Docência do Ensino Superior e Tutoria em EAD pela Ipemig. Professora no Centro Universitário Vale do Jaguaribe (UNIJAGUARIBE). E-mail: mayararnishiyama@gmail.com

** Estudante de graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista PPCA. Integrante do Laboratório LAPSUS, do Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES) e do Projetos “Artes Insurgentes” e “Quilombolar-UFC: Permanecer Negro na Universidade”. E-mail: arthurfelix102938@gmail.com

*** Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista PPCA. Integrante do VIESES/UFC e LAPSUS/UFC. E-mail: julioccardrigues@gmail.com

**** Estudante de graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista PPCA. Integrante do Laboratório em Psicologia, Sociedade e Subjetividade (LAPSUS), do Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES) e do Projeto “Artes Insurgentes”, integrante do Laboratório LINCS. Email: ceciliaoliveirac@gmail.com



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

to violence and act and understand the concept of Peace, dialoguing the reality of the territory with the literary writing of Conceição Evaristo. This is an inter(in)vention research inspired by the theoretical-epistemic and methodological formulations of counter-colonial studies and black feminisms with cartographic approaches. We focus on a workshop proposed at the 6th Festival das Juventudes, which discussed violence and peace based on the works and understanding of young people about the literature of Conceição Evaristo. In this way, we bring the collective's ways of doing things Artes Insurgentes, as producers of new ways for these young people to confront violence, in a commitment to human rights through new existential fields that are formed from art.

Keywords: Violence. Art. Periphery. Youth. Human rights.

Recebido em: 16/07/2024. Aceito em 10/10/2024

INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva analisar de que maneira jovens estudantes de escolas públicas do Grande Bom Jardim (GBJ) escre(vivem) suas experiências relacionadas à violência e agenciam e compreendem o conceito de paz, estabelecendo um dialogando entre a realidade desse território e a escrita literária de Conceição Evaristo. O território do Grande Bom Jardim compreende cinco bairros da periferia da cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará: Granja Lisboa, Granja Portugal, Canindezinho, Siqueira e Bom Jardim. Trata-se de uma região que contempla cerca de 204 mil habitantes e que é marcada pelos piores índices de desenvolvimento da cidade, sobretudo grandes índices de pobreza e de vulnerabilidade social (Barros, 2023). Logo, a contextualização da elaboração do trabalho nesse território é indispensável para situar a relevância da produção de materialidades artísticas e focos culturais atrelados a uma postura defensora de direitos humanos.

O território do GBJ é uma região marcada por violências derivadas da necropolítica (Mbembe, 2017), que vigora a partir da instrumentalização de dispositivos coercitivos como medo, apagamento, estigmatização e violência. Estas podem ser materializadas de forma generalizada num relatório de pesquisa publicado em 2023 sobre a Violência no Grande Bom Jardim. Baseando-se na perspectiva de estudantes de escolas públicas de Ensino Médio, constatou-se que cerca de oito em cada dez participantes consideram o bairro como inseguro ou totalmente inseguro (78,67%) (Barros, 2023). Consequentemente, isso resulta numa vigente ótica de subalternização que ecoa dentro e fora das fronteiras entre a “margem” e o “centro” (Hooks, 1984, p. 16). Tais barreiras podem ser percebidas como resultados diretos da construção de uma perspectiva derivada da colonialidade.

As reverberações da colonialidade na sociedade atual podem ser percebidas através de fronteiras materiais entre a periferia (margem) e o centro, pois “estar na margem [...] é ser parte do todo, mas fora do corpo principal. Hooks vem de uma pequena cidade do estado de Kentucky, onde trilhos de trem eram lembranças diárias de sua marginalidade, lembretes de que ela estava realmente do lado de fora” (Kilomba 2019, p. 67). No cenário da cidade de Fortaleza, os trilhos de

trem podem ser substituídos pela diminuição da qualidade das rodovias, pela possibilidade de ver serras e lojas de forro de piscina. Esse distanciamento geográfico permite, com maior facilidade, a designação de zonas de morte, juntamente com a construção de um outro desumanizado (Kilomba, 2019) que promove uma visão estigmatizada direcionada à periferia, atribuindo-lhe o adjetivo de território “vixe” (Bezerra, 2015), que, conseqüentemente, resulta na rotulação de estereótipos raciais e sociais ao território como um todo. Viabiliza-se, assim, a criminalização de determinadas juventudes, que, no caso do contexto cearense, encarnam a figura do “envolvido”, produzindo condições de aceitabilidade social e catalisando a adesão subjetiva ao extermínio, físico e simbólico, de, principalmente, jovens negros moradores de territórios periféricos da cidade (Barros, 2019).

Tomando como partida essa desconstrução do indivíduo marginalizado, percebe-se que, em paralelo às distâncias espaciais, são criados outros tipos de distanciamento, pois que o sujeito, além de separar-se do meio, no qual é ou não incluído, separa-se de si mesmo. O autodistanciamento do subalterno demonstra-se como um retrato da colonialidade que o subjetiva a uma diferente “espécie” de homem (Fanon, 1961, p. 25), o que, conseqüentemente, promove nos indivíduos um processo de “coadjuvantização” de si em sua autopercepção, assim encerrando-os em corpos subordinados (Kilomba 2019, p. 56). Essa secundarização do eu reflete-se na percepção da sociedade em geral em relação a corpos marginalizados, tanto para o centro, ao justificar e normalizar não só uma conduta necropolítica mas também as reverberações desta no território, quanto para a margem, ao disciplinar por meio de uma autovigilância, pautada fortemente por um ideal colonial e hegemônico. É importante destacar que, de certo modo, esses movimentos reverberam, de maneira direta e indireta, na instituição escolar, que pode ser compreendida como microcosmo da sociedade, uma vez que, nas instituições de ensino, nota-se uma reprodução desses mesmos valores derivados da colonialidade (Andrada *et al.*, 2019).

As implicações no mundo escolar inserido na periferia podem ser percebidas dentro e fora dos portões da escola. Por vezes, o deslocamento entre a casa do jovem e a escola pode atravessar um “território inimigo”, resultando numa travessia maior ou até mesmo no impedimento de o indivíduo acessar a educação. Tomando novamente como base o relatório de pesquisa sobre a violência no GBJ, foi apresentado que pouco menos da metade – em dados precisos, 46,2% – dos estudantes entrevistados alegaram que “tiveram sua circulação afetada por grupos armados”, destes 7,4% foram proibidos de ir à escola (Barros *et al.*, 2023). “Essas limitações de trânsito implicam em um menor acesso às políticas públicas e em uma restrição das possibilidades de vivência da cidade, corroborando a segregação social dessas juventudes” (Barros; Paiva; Rodrigues; Silva; Leonardo, 2018, p. 120). Dentro dos portões da escola, assim como do lado de fora, podem ser percebidas violências ligadas à raça, ao gênero e às questões territoriais.

Em contrapartida às violências vividas dentro e fora dos portões escolares, no território, pode ser percebida uma construção de paz, pensada e articulada pelas juventudes da região, que promovem um ambiente de (re)existência, indo contra a ótica colonial e hegemônica vigente. O Grande Bom Jardim é um território historicamente marcado por lutas em direitos humanos, sendo chão de germinação de inúmeros coletivos juvenis, redes de movimentação social, equipamentos culturais e correntes artísticas.

Desse modo, entendemos que a paz é construída, no seu lugar de linha de fuga, a paz abre novas possibilidades e se torna um ato de resistência, criação e invenção, à medida que entendemos que a ideia de paz que se inventa no território do Grande Bom Jardim é muito diferente da paz que se tem em bairros de classe média alta na cidade de Fortaleza. Ao partir da ideia

estabelecida pelo conceito normativo masculino, cisgênero, branco e heteronormativo de paz, temos uma paz que não aceita corpos que diferem do ideal, uma paz que não vê os sujeitos em consonância com uma realidade marcada por vulnerabilidades que causam sofrimentos de origem psicossocial. Nesse sentido, a paz que se idealiza para um corpo branco jamais será a mesma paz que se estabelece para um corpo negro, trans, feminino e periférico. Por isso, é preciso desterritorializar e inventar novos caminhos para uma outra paz, entender que essa extensão não pode assumir contornos unitários, individuais ou subjetivos: se a sua ideia de paz não alcança uma pessoa que sofre todo dia com violências territoriais no caminho para casa, essa paz não é paz, é um produto desejanste de uma sociedade adoecida que ignora marcadores sociais e violências contra populações vulnerabilizadas.

A paz, da forma que acompanhamos e estudamos na região do Grande Bom Jardim, se sobrepõe enquanto parte de um devir-periférico. A expressão devir-periferia, proposta por Lacaz (2012), refere-se àquilo que pulsa como minoritário em modos de vida periféricos, sendo minoritário não algo relacionado à ordem numérica, mas ao que se expressa como tendo a potência de criar fissuras no que se apresenta como dominante (Barros, 2023). Assim, seja por meio de uma paz que se desdobra a partir de iniciativas comunitárias de proteção social, seja por meio de uma luta constante de movimentos sociais e organizações pelo cumprimento de políticas públicas indispensáveis, seja por meio de uma paz que se inventa numa oficina de poesia quando um jovem externaliza tudo aquilo que para ele falta e assume a potencialidade em si mesmo, enquanto juventude periférica, a partir da poesia, o devir-minoritário assume a potência e a capacidade de criar novos enfrentamentos possíveis à medida que as violências e violações de direitos humanos se atualizam no cenário político conservador e neoliberal que atinge, de maneira desigual, as camadas mais vulnerabilizadas da sociedade brasileira.

Este artigo é ligado ao Artes Insurgentes, proposto pelo Laboratório em Psicologia, Sociedade e Subjetividade (LAPSUS), do Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES), ambos pertencentes à Universidade Federal do Ceará (UFC), e compõe a pesquisa guarda-chuva “Escola, dissidências sexuais e modos de subjetivação: o que se diz à escola sobre tais sujeitos”. Além disso, é cadastrado na Pró-Reitoria de Cultura da universidade. O projeto Artes Insurgentes surgiu em 2021 e tem atuado desde então na perspectiva do fazer artístico como forma de produção de re(existências) e de cuidado em saúde mental das juventudes do território. Participa das articulações com os coletivos do território, dentre eles o coletivo Jovens Agentes de Paz (JAP), o Fórum de Escolas pela Paz do Grande Bom Jardim e a Rede Dlis: Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim, além de ocupar espaços dos equipamentos culturais e serviços públicos da região, como o Centro de Defesa da Vida Herbert Souza (CDVHS), o Centro Cultural do Bom Jardim (CCBJ) e o Centro Cultural do Canindezinho (CCC). Desse modo, o Artes Insurgentes tem como objetivo produzir e fortalecer ações artístico-político-culturais elaboradas por juventudes do/no/com o território, dentre as quais se destaca o Festival das Juventudes.

O Festival das Juventudes: Arte, Cultura e Formação em Direitos Humanos é um evento anual, que ocorre, de forma quinzenal, nos meses de maio e junho. Organizado pelo JAP e ligado ao Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, este projeto funciona como iniciativa formativo-cultural que acontece desde 2018 no território do Grande Bom Jardim (GBJ), junto às juventudes e aos movimentos sociais da região. Assim, o Festival das Juventudes nasce do desejo de aproximação e colaboração com as juventudes do território na construção de novas realidades através da arte, cultura e formação política. Além disso, busca integrá-las às iniciativas comunitárias que defendem políticas públicas voltadas para os direitos humanos no GBJ. O objetivo central do

Festival é criar espaços de diálogo e intercâmbio sobre questões relevantes para as juventudes participantes, focando não apenas na transmissão de conhecimento, mas na cocriação de saberes e na promoção de ambientes seguros para que esses jovens se expressem utilizando ferramentas artísticas.

O evento é realizado em parceria com escolas públicas de Ensino Médio da comunidade que acolhem o Artes Insurgentes em suas rotinas, facilitando a interação entre o ambiente educacional e a comunidade. Além disso, a organização do Festival envolve membros de movimentos sociais e coletivos locais, assim como grupos ligados à Universidade Federal de Fortaleza, contando também com o apoio financeiro de instituições filantrópicas. Dessa forma, o Festival enfatiza a colaboração e a formação de parcerias entre diferentes instituições para a organização, o desenvolvimento e a realização de suas atividades. Essa parceria entre a academia e os coletivos locais para a viabilização de espaços como o Festival mostrou-se um potente vetor de práticas de resistência e ressignificação criativa da vida (Barros *et al.*, 2023).

O Festival das Juventudes se estrutura em torno de quatro eixos temáticos: 1) Ser jovem; 2) Ser jovem agente de paz; 3) Ser livre; 4) Ser das áreas. Esses eixos servem como diretrizes que orientam a programação de cada dia do evento. No entanto, é importante destacar que, durante o planejamento, também são considerados os interesses trazidos pelos estudantes inscritos, ou seja, os eixos temáticos não são os únicos elementos que guiam a construção do Festival. Cada encontro do festival é dividido a partir de um eixo temático e de algumas atividades principais: dinâmica inicial com movimentação corporal, apresentação da temática do dia, diálogo com convidados/as externos/as, construções artísticas pelos/as estudantes acerca da temática discutida, oficinas com diferentes linguagens artísticas e partilha das produções realizadas nessas oficinas. Para responder ao objetivo deste artigo, focaremos no dia voltado para o eixo Ser jovem agente de paz, que mira em discutir a paz não enquanto postura passiva diante das violências estruturais, mas, sim, enquanto educação política de se colocar socialmente na luta por direitos, reivindicando e produzindo outras realidades possíveis.

Ao trabalhar com escolas das periferias de Fortaleza, em bairros marcados por processos de vulnerabilização de suas populações e por altos índices de violências voltados às juventudes pretas e pobres, ficam a inquietação e a indagação: como juventudes inseridas em escolas públicas de Fortaleza-CE narram sobre a violência em seus territórios e produzem paz? Para isso, utilizaremos como ferramenta metodológica a escritvivência de Conceição Evaristo, mais especificamente seu conto *A gente combinamos de não morrer*, um dos que compõem o livro *Olhos d'água* (2014), que faz referência à resistência negra diante do genocídio perpetrado pelo Estado brasileiro em nossa direção, desde a invasão do Brasil. Segundo Conceição Evaristo (2020), seus escritos surgem a partir da sua experiência pessoal e da investigação do seu entorno, com um denso incômodo e uma profunda revolta com as opressões que permeiam o cotidiano. O conto supracitado traz uma complexa narrativa sobre a história de Dorvi, Bica, Esterlinda, Idago e Neo, personagens moradores de uma periferia brasileira, sendo composto por cenas cotidianas que se relacionam à experiência social de pessoas que vivem diariamente as estratégias de violência coordenadas pelo Estado como mecanismo de controlar e exterminar corpos periféricos. O texto mostra histórias que destacam a qualidade do que é brutal e as consequências da aceitação natural das políticas de morte para os grupos minoritários.

Destacamos que Evaristo é uma escritora afro-brasileira, nascida em 1946. Sendo a segunda de nove irmãos, ela cresceu em uma família de mulheres negras em meio à extrema pobreza, numa favela de Belo Horizonte, Minas Gerais. Apesar das dificuldades, ela encontrava refúgio nas

histórias contadas por sua mãe e tias, a partir do que começou a criar as suas próprias. Assim, em sua literatura, Conceição escreveu personagens ficcionalizados que se con(fundem) com a vida. Ela aciona um redirecionamento da nossa atenção para as vivências pessoais, coletivas e políticas que insurgem por meio desta escrita narrativa e vivencial de si e nós. Então, comun-gamos aqui com Evaristo (2020) quando esta afirma que a escrita nasceu para ela como procura de entendimento da vida, do cotidiano. No caso deste artigo, direcionamos nossa atenção para as experiências de violência.

É essencial que se construam pontes possíveis para o diálogo acerca dos Direitos Humanos com juventudes que lidam cotidianamente com confrontos e vulnerabilidades, trazendo a potencialidade do território para além das dificuldades e, também, produzindo futuros possíveis para essas juventudes. Entende-se que, no contexto da sociedade atual, tensionada por discursos de ódio, avanço das desigualdades sociais, alienação da população e destruição do meio ambiente, torna-se uma medida urgente trazer estudos críticos e atuais para a construção de direitos humanos que se preocupem em colocar como destaque os agentes que produzem formas de enfrentamento, por meio da arte, para atribuir significado à sua experiência. Compreende-se, também, que as múltiplas violências contra as juventudes periféricas não podem ser entendidas como fenômenos individuais, e, dessa forma, propõe-se que ações como o Festival das Juventudes sejam amplamente divulgadas como um movimento potencializador das juventudes falarem de si mesmas.

Nesse sentido, é essencial um deslocamento dos sujeitos que habitam e produzem essa relação, tidos comumente como vulnerabilizados e oprimidos, para uma posição que vai além e coloca-se em uma perspectiva de tensionamentos mediada pelas experiências da arte.

Para experimentar a escrevivência, propusemos a oficina “Literatura em bordado: escrevivências com Conceição Evaristo” de bordado sobre violência urbana e literaturas periféricas durante o festival supracitado, a partir da transcrição do encontro, dos nossos diários-escrevíveis e da materialidade produzida. Estas serão analisadas a partir de lentes epistemológicas da Psicologia e das áreas afins que tematizam violência, colonialidades e juventudes. Consideramos que a contribuição deste artigo vai ao encontro de visibilizar as experiências e trajetórias das juventudes em periferias urbanas frente ao recrudescimento da violência e das suas formas de organização em coletivos juvenis para a criação de outras formas de viver, articulando a educação com outros movimentos sociais e buscando a garantia de direitos.

PERCURSO METODOLÓGICO

Tipo de pesquisa

O artigo advém de uma perspectiva participativa em psicologia, orientado pelo prisma da pesquisa-inter(in)venção sob inspiração das formulações teórico-epistêmicas e metodológicas dos estudos contracoloniais e dos feminismos negros com aproximações com a cartografia. Esta investigação procurou basear-se em experiências de pesquisa que conectam o campo das pesquisas participativas com questões, necessidades e potenciais relacionados às maneiras de vida de indivíduos, grupos e comunidades vulnerabilizados no Brasil e no restante da América Latina. O éthos da Pesquisa-inter(in)venção tem seu cerne nas pesquisas participativas em Psicologia Social, e essa reescrita vem para marcar uma pesquisa que se faz com arte e também para enfatizar os efeitos, na prática micropolítica, da invenção de mundos outros. Essa aposta vem sendo

germinada por pesquisadores da região nordeste do Brasil e experimentada por nós em experiências anteriores, em que ampliamos as bases teórico-metodológicas das pesquisas participativas propondo intervenções transformadoras da realidade sociopolítica por meio de uma abordagem micropolítica da experiência social. Assim, reconhece-se o papel do pesquisador como agente que interfere na realidade investigada, assumindo, portanto, uma postura não neutra (Soares, Miranda; Barros, 2024; Miranda *et al.*, 2020).

O ato de pesquisar, para além da simples coleta representacional de dados, envolve a capacidade de intervir em questões relacionadas à justiça social e às dinâmicas de poder, potencialmente contribuindo para a descolonização do conhecimento ao evidenciar as consequências da dominação e possibilitar a ressignificação das narrativas das minorias historicamente marginalizadas como locais legítimos de produção de conhecimento (Castro; Menezes, 2020). Assim, alinhamos nossa prática a esse tipo de pesquisa, pois construímos conhecimento de forma colaborativa com estudantes do Ensino Médio de escolas públicas em que atuamos, estabelecendo uma parceria entre universidade e escola, bem como questionando as dicotomias entre pesquisador-pesquisado, sujeito-objeto (Miranda *et al.*, 2020).

Local e participantes da pesquisa

O Grande Bom Jardim (GBJ), território inserido na região periférica da cidade de Fortaleza, é formado pelos bairros Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira, contemplando uma população estimada em 220 mil habitantes (Prefeitura de Fortaleza, 2020). A região do GBJ é marcada pelas diferentes violências registradas no território, sendo muitas delas derivadas de uma necropolítica que vigora a partir da operacionalização de dispositivos coercitivos, como o medo, a estigmatização, o apagamento, a rotulação, entre outras violências de cunho dístico ou social (Bezerra, 2015). A escolha de uma pesquisa centralizada no Grande Bom Jardim deu-se a partir da inserção de uma forma de pesquisar com os agentes da pesquisa, na qual os aspectos éticos também consideram as relações e os processos de subjetivação que acontecem com os sujeitos envolvidos no campo. Como seria, então, possível elaborar e pensar formas de pesquisa sobre a violência periférica sem alcançar os sujeitos que experimentam essa realidade e constroem em si mesmos formas de enfrentá-la? Proponho que consideremos o que se passa em cada um destes ambientes, e não apenas no plano visível, o mais óbvio, mas também no invisível, igualmente real, embora menos óbvio (Rolnik, 1993).

Ao trazer dados relevantes sobre a violência urbana, sabe-se que, no que diz respeito aos homicídios de adolescentes e jovens, o Ceará possui atualmente o maior Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) entre os estados brasileiros, 8,71 para cada mil (Melo; Cano, 2017). Além disso, o Relatório de Pesquisa “Violência no Grande Bom Jardim sob a perspectiva de estudantes de escolas públicas de ensino médio: vitimização, percepções sobre segurança e repercussões educacionais” (Barros, 2023) ilustra que aproximadamente oito em cada dez participantes consideram o bairro como inseguro ou totalmente inseguro (78,67%) e que a maioria das vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) em Fortaleza são homens jovens, negros e moradores da periferia da cidade. É nesse cenário de guerra que a realidade e a ficção começam a perder seus contornos nítidos, quando Conceição Evaristo escreve e vive “Eles combinaram de nos matar, e a gente combinamos de não morrer”, ilustrado tristemente por múltiplas pesquisas e estudos que retratam um cenário emblemático de violência que exige duras transformações sociais que impulsionem o rompimento desse contexto social.

As juventudes inseridas em tal contexto são atravessadas por uma série de rótulos e estigmas, sendo estes direcionados não só a elas enquanto indivíduos mas também aos espaços físicos e culturais aos quais elas pertencem. O jovem periférico, por muitas vezes, é enquadrado na figura do “envolvido”, tal marcação, além de desumanizar e reduzir o indivíduo ao preconceito a ele atribuído, produz condições de aceitabilidade social e catalisa a adesão subjetiva ao extermínio físico e simbólico (Barros, 2019). Outros reducionismos podem ser percebidos na atribuição ao GBJ, como um todo, do adjetivo de território “vixe” (Bezerra, 2015, p. 26), que reforça ainda mais essa visão estigmatizada a um território que é, em parcela, inseguro, mas principalmente desassistido pelas políticas públicas.

Em contrapartida, o Grande Bom Jardim e sua comunidade podem também ser reconhecidos pelas diversas iniciativas culturais, políticas e sociais lá existentes. Vale citar uma articulação entre os coletivos sociais que têm intensa participação no cotidiano dos jovens, sobretudo em eventos anuais de grande relevância para o território como a Semana Cada Vida Importa, a Marcha da Periferia e o mês da consciência negra. Além disso, o fortalecimento dos grêmios estudantis promove formações políticas que elaboram a presença e a reivindicação de suas apostas e necessidades para o território, dentre essas ações é possível trazer a articulação entre as escolas públicas de Ensino Médio com o Centro de Defesa da Vida Herbert Souza (CDVHS) e o coletivo Jovens Agentes da Paz, que são importantes protagonistas no território. Ao trazer um pouco das ações com as quais o projeto Artes Insurgentes teve contato, podemos destacar o Festival das Juventudes, que é um evento ocorrido anualmente no CDVHS e possui quatro temáticas principais, quais sejam, Ser Livre, Ser Jovem, Ser das Áreas e Ser Jovens Agentes de Paz, e conta com a participação dos jovens estudantes de escolas públicas de Ensino Médio que demonstrarem interesse em participar.

Além disso é relevante trazer os principais ambientes em que o projeto circula quando aventamos a perspectiva do território para além das escolas, visto que o Centro Cultural do Canindezinho e o Centro Cultural do Bom Jardim são articuladores essenciais na promoção de cultura, disponibilizando de forma gratuita seu espaço, que conta com quadras, além de cursos e demais atividades abertas ao público. Espaços como esses fomentam a valorização da ação de educadores sociais, a inserção de políticas públicas no território, a busca pela continuidade de equipamentos públicos de lazer que sejam acessíveis para a população que reside na periferia, além de também ocuparem um espaço social de referência e conquista de luta e de direitos na cidade de Fortaleza.

A pesquisa envolveu estudantes de escolas públicas do Grande Bom Jardim, participantes do Festival das juventudes que voluntariamente escolheram participar da oficina descrita no trabalho.

Esta pesquisa trata-se de um desdobramento das ações do projeto Artes Insurgentes no VI Festival das Juventudes, conforme foi explanado na introdução. O festival contou em média com 65 estudantes de seis (6) escolas públicas do território nos seus quatro dias de realização. A composição do Festival das Juventudes é uma das experiências coletivas a qual buscamos, enquanto projeto, pesquisar e na qual tentamos atuar com juventudes em suas territorialidades, perspectivando formas outras de viver e de produzir conhecimento. Já a oficina “Literatura em bordado: escrevivências com Conceição Evaristo” teve duração de 2 horas, com participação média de 15 estudantes.

Ferramentas Metodológicas

É preciso trazer também que a Pesquisa-Inter(in)venção assume, nesta pesquisa, contornos de uma participação observante, devido à colocação dos sujeitos pesquisadores enquanto também participantes da pesquisa e da oficina, seja na elaboração da discussão e na própria intervenção da materialidade proposta ao final da oficina. Revisitando os conceitos da pesquisa qualitativa e do escopo em que se inserem as pesquisas cartográficas, traz-se o entendimento que assumimos de participação observante como um procedimento metodológico que combina a participação ativa do pesquisador no campo de estudo com uma postura de observação reflexiva (Kastrup, 2007).

O estudo se efetivou a partir de registros de diários-escrevíveis da facilitação da oficina citada acima, intervenção proposta pela equipe de pesquisa, da transcrição do que foi narrado pelos estudantes e da materialidade artística produzida ao final. Para a seção de resultados e discussão do artigo, selecionamos, a partir dos diários-escrevíveis e do próprio tecido confeccionado, cenas que explicitam como juventudes periféricas que participaram da oficina narram suas trajetórias, elaboram suas experiências em relação à violência e constroem escrevivências com outras formas de viver em paz a partir do enfrentamento de tal problemática em suas micropolíticas nas territorialidades em que se inserem.

Entendemos as oficinas enquanto produtores de novos sentidos e significações, pois, além de um momento lúdico e prático, são também um espaço seguro para traçar novos planos frente aos estigmas sociais e caminhos pré-determinados pela necropolítica e pelos discursos de ódio que permeiam a realidade dessas juventudes. A oficina, neste espaço, torna-se também uma tecnologia de cuidado ao proporcionar que os jovens falem de si, externem seus analisadores das condições de direitos humanos que lhes são negados no cotidiano, os quais passam a se tornar possíveis pela força política que ganham durante suas experimentações enquanto parte das oficinas. A arte produzida nesses contextos possui a potência micropolítica de transbordar as fronteiras do campo da arte e abordar outras territorialidades, em que se encontram e se desencontram com práticas ativistas, políticas e subjetivas (Rolnik, 2018).

Os estudantes chegaram à sala e se sentaram todos no chão, construímos, sem tanta intenção, uma roda. A oficina iniciou com uma roda de apresentação em que cada um/a falava nome, idade, escola e algum livro de que gostasse – no meio da roda, o livro se tornou série, atividade física ou filme. Após essa dinâmica, falamos um pouco sobre a ideia geral da oficina, abordamos quem é a literata Conceição Evaristo e o que é a sua escrevivência, fazendo circular alguns dos seus livros, e depois apresentamos a principal metodologia de discussão, que consistia em circular papéis com trechos do conto “A gente combinamos de não morrer”, de músicas e de notícias do Grande Bom Jardim, tendo cada participante da roda de pegar um papel e tentar identificar o trecho. Depois explicamos a nossa proposta de produzir no tecido uma escrevivência sobre o que havia sido discutido na oficina. A elaboração da escrevivência através do tecido deu-se de uma forma muito lúdica e livre: inicialmente houve a escrita da palavra Paz bem ao centro, pintada em um degradê vermelho. Os participantes foram convidados a intervir da forma que se sentissem mobilizados pelas discussões anteriores e pela produção de uma paz que se transforma e se (re) discute. Houve a disponibilização de canetas, tinta, revistas para a colagem e linha e bordado na intenção de costurar de forma literal os significados que foram atribuídos a essa formação. Assim, de que paz estávamos e para quem ela era construída foram os principais motes suleadores dessa produção.

Figura 01- Experimentação no tecido

Fonte: Arquivo dos autores

Os diários de campo funcionam como uma narrativa em que podemos colocar nossos incômodos, nossas impressões e afetações do/para/com o campo, rompendo com um binarismo sujeito-objeto e produzindo um encontro entre interlocutores, através de um modo de narrar não-imparcial com os tensionamentos, os questionamentos, as surpresas do campo errante da pesquisa (Medrado; Spink; Mélo, 2014). A dissertação de mestrado de uma das autoras deste artigo inaugurou o dispositivo de pesquisa nomeado diários-escrevíveis, em que registra e escreve sobre afetos e questões cotidianas, teóricas e vivenciais que surgem durante a pesquisa, ao mesmo tempo em que nos diários insurgem questões que ultrapassam o espaço e tempo da investigação, escrever nos diários é narrar sobre a vida (Autor, 2024).

A análise de dados se deu a partir da Análise Cartográfica, o que significa deixar aparecer as diversas vozes que compõem o fenômeno a partir do acompanhamento de processos e fluxos presentes no campo, não se limita a representar a realidade de forma estática, mas busca, sim, entendê-la como algo mutável e dinâmico (Barros; Barros, 2013). A análise das narrativas dos adolescentes foi realizada a partir de cenas-analisadoras escolhidas por narrarem as experiências e produzirem analisadores-acontecimentos que pedem passagem, funcionando aqui como pontos de criação de sentido e não como reflexo de uma realidade que está posta (Rocha; Aguiar, 2003). Além disso, fazem também parte do nosso *corpus* de análise trechos que foram gravados e transcritos, além da própria materialidade produzida na oficina, o tecido.

Quanto às considerações éticas, a presente pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFC, fazendo parte do projeto guarda-chuva “Escola, dissidências sexuais e modos de subjetivação: o que se diz à escola sobre tais sujeitos”. Tomamos como orientação ética a Resolução nº 466/12, que consiste em diretrizes e normas que regulam as pesquisas com os seres humanos (Ministério da Saúde, 2012) e a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde. Com o objetivo de manter a privacidade e o anonimato dos participantes da pesquisa, todos os nomes das/dos secundaristas utilizados são fictícios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Conceição Evaristo, a “escrevivência é um processo em que a experiência e a escrita estão interligadas de uma forma indissociável. É a nossa voz, a voz de quem sempre foi silenciado” (Evaristo, 2008). É nessa busca por escrever aquilo que se vive, ou melhor, por viver além daquilo que se escreve, que iniciamos as discussões que se estabeleceram durante a oficina, sobretudo a partir da dinâmica. Inicialmente, foram trazidos trechos do livro *Olhos d’Água* (2014), notícias de jornais da cidade de Fortaleza e letras de música, e, por meio de sorteio, os estudantes e os oficinairos deveriam adivinhar se o trecho era uma música, uma parte do livro ou uma notícia. Mbembe (2017) define a necropolítica como uma tecnologia política de produção e gestão da morte na contemporaneidade, e, ao tecer conexões entre notícias da cidade de Fortaleza, principalmente da periferia, e atributos ficcionais, demonstra-se como essa realidade cruel se instaura em dimensões que vão além da produção de mortes: a transformação de processos subjetivos das juventudes que coexistem com o fomento da desigualdade social, dos processos punitivistas e da violência armada.

Ao trazer um debate sobre violência e paz durante a oficina, os jovens não se sentiam confortáveis quando percebiam que os contornos entre realidade e ficção não eram tão bem definidos como se imaginava a princípio, e, assim como em todos os outros dias do Festival das Juventudes, foi necessária uma desconstrução das narrativas que até então impostas sobre a significação desse território. Os trechos retirados da obra não são crus, são retratos duros de uma sociedade machista, racista, LGBTfóbica e, acima de tudo, violenta, uma sociedade que não dá voz nem vez aos jovens, às mulheres, às crianças nem a qualquer coletivo ou indivíduo que esteja fora do perfil desejado, conforme é possível ver no trecho transcrito abaixo:

Estudante: Pode ser a polícia, pode ser qualquer um de nós mesmos, grupos rivais [inaudível]

Oficineira: Tu acha que é o quê?

Estudante: Acho que é letra de música... não é, é livro

Oficineira: Tu arrasou, é livro mesmo. Tu acha que o que tem aí se relaciona com o que a gente vive hoje aqui no Grande Bom Jardim?

Estudante: Não sei, não. Eu não gosto muito de falar, não (Trecho da oficina transcrito).

O Grande Bom Jardim, em toda sua dimensão de cinco bairros, existe para além dessas notícias hiper publicizadas sobre a violência. A arte, o esporte, a cultura e o lazer pulsam no território, e essas ferramentas são as estratégias de cuidado que permitem a ressignificação da palavra paz para essas juventudes, que, todos os dias, criam em si mesmas novas formas de (re)existências. Além disso, a expectativa da criação de ambientes seguros como estratégias de combate à violência coloca-se em contraponto com os estudos enraizados sobre o ambiente escolar, se a escola é tida como um ambiente que deveria garantir aos estudantes segurança, conforto, e possibilidade de trazer à tona sua individualidade, os estudantes o percebem de modo diametralmente oposto àquilo que se tem estabelecido dentro do campo dos estudos sobre narrativas da escola.

Estudante: Escola é considerada um dos locais mais violentos em áreas da periferia... Uma notícia.

Oficineira: É uma notícia, sim. Tu acha também que a escola é um local violento?

Estudante: É, e é muito.

Oficineira: Mas violento do quê? Tipo racismo, assédio...

Estudante: Sim... racismo, assédio, homofobia. Desrespeito com quem é LGBT.
 Oficineira: Na escola tu percebe muito isso?
 Estudante: Sim, principalmente dentro de sala.
 Oficineira: tipo brincadeira...
 Estudante: [inaudível] Brincadeira de mau gosto, aí tem gente que tem medo e não fala. Aí quem faz acha que eles tão gostando e continua fazendo até... eternamente isso.
 Oficineira: E isso, tal hora, isso se relaciona também com o que a gente tá discutindo, por que a gente não tem paz nem na escola, né?
 Estudante: E isso é uma coisa que era pra ter (inaudível) porque era pra dar educação pros alunos, mas fazer o quê... (Trecho da oficina transcrito).

Assim, a escola ainda é uma dessas instituições que atuam para a produção do sujeito moderno, do sujeito normalizado, a partir dos procedimentos disciplinares presentes nela (Cardoso, 2018). Trazendo provocações e reflexões sobre o papel da escola, têm-se que o território deve ser compreendido como o conjunto formado a partir do espaço e da circulação de poderes permanentemente em disputa neste espaço, de modo que o território é constituído não apenas em sua dimensão física, mas também por relações interespaciais de poder (Foucault, 1979). Desse modo, essa mesma escola, que é uma instituição não só de enquadramento dos sujeitos mas também de proteção social à vulnerabilidade, é também um espaço altamente violento, produtor de sofrimentos psíquicos, cuja ocupação passa por uma gestão elaborada de forma desigual.

Outro ponto evidenciado pelo debate no decorrer da oficina foi a inevitável vinculação entre a violência e a infância. À medida que alguns estudantes se sentiram à vontade para interagir, surgiram na roda vivências acerca das dificuldades de crescer em um ambiente cercado por diversas violências, assim como de entender o motivo dessa realidade em que estão inseridos. Nessa linha, apesar de a oficina ter a participação de estudantes do Ensino Médio, os debates estiveram, também, no âmbito das infâncias, em que o lúdico e o real se misturam de maneira cruel para quem nasce nesse território. A brincadeira passa a dar espaço para o amedrontamento, o silenciamento e, acima de tudo, para as incógnitas: “por quê?”. E a resposta vem logo em seguida: “é inexplicável!”.

Estudante: “E na ciranda, cirandinha, a sirene vem me enquadrar, me mandando dar meia volta sem ao menos me explicar. De Costa Barros a Guadalupe, um milhão de enredos. Como explicar para uma criança que a segurança dá medo? Como explicar que 80 tiros foi engano? 80 tiros, 80 tiros, ah”. Bom, eu acho que é uma música. E... quando eu tava lendo, na minha cabeça vinha a imagem de alguém tentando explicar pra uma criança. De alguém tentar explicar o que aconteceu, e a criança ficar “por quê?”. Aí, junto, acabei lembrando de uma parte que a Negra Li falou na Poesia Acústica. Posso botar?

Oficineira: Sim!

Estudante: “Tey, tey, tey, como cê me explica oitenta tiros? Sei, sei, sei, são policiais ou são bandidos? Deixa eu te explicar como é da fita. É simples: Respeita as mina.” Pronto. A primeira vez que eu ouvi essa música foi assim que lançou... e aí, como eu não tava sabendo o que aconteceu, eu perguntei para o (inaudível), e ele me explicou a história, e eu fiquei tipo “por quê?”. Quão pesado isso foi, e, assim, do nada. Aí, agora, lendo essa música, fiquei imaginando uma criança perguntando, assim como fiquei me perguntando. Eu achei meio pesado... (inaudível)

Oficineira: Não, não tem como explicar, né? Desde a criança até a gente, é inexplicável! Não dá pra entender (Trecho da oficina transcrito).

Essa articulação entre brincadeira e realidade, ficção e vida foi um ponto chave trabalhado no decorrer da oficina. A escrevivência de Conceição Evaristo aciona isso, e misturar seu conto com notícias e músicas criou uma zona de indiscernibilidade. No trecho de um dos nossos diários-escrevíveis abordamos isso: “Brincadeiras, polícia e ladrão, os monstros se tornaram reais, lembro que brincava de polícia e ladrão, acho que eu gostava mais de ser ladrão, corria da polícia, tinha medo da polícia, acho que hoje também me sinto assim, mas não mais brincando. Realidade-Brincadeira. Realidade-ficção” (Trecho do diário-escrevível de uma dasicineiras).

Trazendo à luz outras análises sobre as discussões articuladas à violência, a escrevivência de Conceição Evaristo qualifica-se para além de ferramenta metodológica, configurando-se como uma força potente de coletivização de experiências que trazem conexão, pois não fala apenas da vivência e dos relatos dos personagens do livro, e sim de muitas vivências que, por si só, trazem relatos da vida de muitas mulheres, sobretudo mulheres negras. Entender a escre(vivência) em seus contornos de impactos sociais e compartilhamento de um agregado político traz também os efeitos de uma dimensão violenta que reverbera no processo psicossocial de subjetivação dos indivíduos, é encontrar um espaço que fala de uma realidade ficcional, mas que pode ser também compreendida na cidade de Fortaleza.

Oficineiro: Uma coisa que me pega muito nisso... nas outras, no geral, mas tava pensando nisso agora, é como, ao mesmo tempo, você sabe que é notícia as que são livro, mas que são muito pesadas, você fica “nossa...” A ficção tá em outro nível assim, era pra ser só um livro, mas é difícil como você quase conseguiria ver isso.

Participante: Eu fiquei pensando, eu já li Olhos D’Água da Conceição... aí eu fico me perguntando será que ela escreve ficção? Né, porque, enfim, a gente toma como princípio de que ela tá inventando essa história, e, se a gente inventa história, a gente faz ficção. Mas aí eu não sei se Conceição Evaristo faz ficção, eu fiquei realmente pensando sobre isso, porque às vezes é tão engajada e tão real (Trecho da oficina transcrito).

Esse conflito entre a indissociação dos contornos ficcionais e dos contornos da realidade ultrapassa a ética de escrita que Conceição Evaristo elabora em suas obras, é perceber que os filmes de terror não são mais tão assustadores quando comparados ao jornal da cidade em um dia de semana fatídico, em que nossas juventudes negras e periféricas estão sendo sentenciadas em uma máquina produtora de mortes que os transforma em estatística. Conforme dados de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) da Secretaria da Segurança Pública (SSPDS), os homicídios em 2024 crescem vertiginosamente em relação aos anos anteriores, e, trazendo a perspectiva remontada historicamente, sabemos que grupos e que coletivos são expressivamente assassinados hoje no Ceará.

Oficineira: Terminamos a brincadeira! Obrigado por terem topado... agora, a gente discutiu sobre paz de algum modo, violência, guerras e tals, e aí queria saber o que vocês acham que é ser “jovem agente de paz”? A gente discutiu muito isso de manhã... seria discutido um pouco agora.

Estudante: Pra mim, é como já foi dito de manhã, ser jovem agente de paz é ser revolucionário!

Estudante: Lutar pelos nossos direitos...conseguir nossos direitos...

Oficineira: Por que é isso, né? A paz é o que a gente não tem hoje. Não temos paz na escola, não temos paz em casa

Estudante: Na rua!

Oficineira: No ônibus, dando rolê, no bar... em qualquer lugar a gente não tá em paz, né? E ser jovem agente de paz... “agente” quer dizer que você tá fazendo alguma coisa, que existe uma ação pra buscar aquela paz. Então é revolução, é buscar pelos nossos direitos... para que a gente tenha isso aqui algum dia. Então estar aqui, hoje, juntos é lutar para que isso aconteça, para que se tenha paz em todos esses lugares que a gente falou.

Oficineira 2: “agente” também é “a gente”, né? Construir coletivamente, não só, não só atrás de suas próprias ações. “Gentes”, “artes insurgentes!” (Trecho da oficina transcrito)..

Ao trazer recortes novamente sobre esse diálogo essencialmente necessário da produção da paz, torna-se essencial buscar perspectivas sobre como essa paz pode ser produzida e, sobretudo, formas de agenciamento coletivo que se estendem e se ressignificam em novos contornos possíveis a partir do tensionamento de novos territórios existenciais. Essa pactuação coletiva pelas formas como se elaboram a paz parte de um princípio de descentralização dos sujeitos, passível de múltiplos agenciamentos e fluxos, na qual a paz nos interessa e se diversifica pelas suas condições de possibilidade que se tornam explícitas e necessárias (Deleuze, 1980).

Apesar do receio de falar sobre violência, ao partirmos para a experimentação, os estudantes escreveram sobre seus cotidianos, isso demonstra da arte enquanto lugar de expressão e elaboração da violência. Se, durante o momento das trocas e discussões acerca da violência, da paz e da juventude, os estudantes estiveram mais acanhados e temerosos ao lançarmos o convite a expressarem-se, as experimentações propostas na porção terminante da oficina convidaram-nos a um espaço de inventividade e desafogo. Nesse sentido, a arte, enquanto mediadora, ocupa um espaço privilegiado nos processos de subversão da realidade, atuando na produção de subjetividades (Barroco; Superti, 2014) que operam como fissuras ao terreno rígido e opressor que o colonialismo fundou.

Figura 2 - Elaboração da oficina de pintura coletiva em tecido



Fonte: Arquivo dos autores

Nessa linha, o momento de experimentações no tecido proporcionou a confluência dos afetos e das potencialidades ali presentes. A oportunidade de se criar junto, em um mesmo espaço político, de afetar e ser afetado pelo outro, possibilitou a concepção de novas linhas de fuga e de agenciamentos coletivos. Em consonância a isso, para Deleuze e Guattari (1995), agenciamento é um processo de crescimento, de encontros, de multiplicidades e de mudanças a partir dos encontros. Logo, a arte institui-se como agenciamento entre a juventude, e, através da colagem, pintura, do desenho e bordado, os estudantes expressaram no tecido aquilo que entendiam como paz e como ideia do que é ser um jovem agente dessa paz, de maneira a criar um ambiente potente, político e propício à ruptura de regimes de existência que despotencializam suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diálogos que partem do questionamento de o que podem produzir essas juventudes enquanto promotoras e criadoras de paz coincidem-se com discussões promotoras de novas apostas metodológicas no âmbito dos Direitos Humanos, isso se dá devido à conexão entre o espaço da escola e as fronteiras deste com as possíveis frentes de atuação dessas juventudes. Vale ressaltar que a escola se encontra como um microcosmo da sociedade que a envolve, logo o vigente contexto econômico neoliberal e suas reverberações nas periferias, muitas vezes materializadas em políticas de morte, reverberam de maneira direta e indireta no ambiente educacional (Han, 2015).

Tal espelhamento se percebe na exaustão de estudantes, na pressão acadêmica e muitas vezes na patologização e conseqüente medicalização dessas juventudes. A reestruturação desse contexto, tomando como instrumento de mudança a arte e a experimentação cultural, prova-se como um importante vetor na construção dos chamados microprocessos revolucionários (Guattari; Rolnik, 2016, p. 47). Aliás, trazer essa ressignificação do ambiente da escola – e entender também suas limitações frente à precariedade de políticas públicas que sustentam as necessidades das escolas na periferia de Fortaleza – abre caminhos possíveis para outras formas de tanger a realidade e cria outros olhares e apostas políticas frente a uma realidade brutal e estigmatizante de violência.

Outro aspecto relevante é perceber como a experimentação artística em grupo proposta na oficina de “Literatura e Escrevivência com a Conceição Evaristo” possibilita também um ambiente de protagonismo dessas juventudes na enunciação de sua própria realidade. Entender a arte nesse processo coletivo, enquanto um meio de pactuação social para além das dimensões subjetivas, promove outra forma de acessar e conservar direitos humanos no território do Grande Bom Jardim. “A criação se faz em gargalos de estrangulamento. Sempre se está num gargalo de estrangulamento, e é preciso inventar um meio de sair dele” (Deleuze, 1992, p. 61). E, a partir desses contornos de uma realidade social que produz vidas passíveis de morte, nesses espaços florescem artistas, atletas, pintores, poetas, que resistem e (re)existem, que têm vidas que criam a partir destes estrangulamentos e criam possibilidades que sempre lhes foram negadas.

As produções artísticas nas periferias, protagonizadas por essas juventudes citadas ao longo do texto, por muitas vezes possuem um importante teor denunciativo. Mesmo na inexistência de uma denúncia, em sua essência, a arte periférica apresenta um caráter “molecular” (Guattari; Rolnik, 2016, p. 46). Na possibilidade do visto “marginal” de protagonizar seus próprios processos enunciativos, sendo eles manifestados em forma de denúncia ou não, percebe-se uma recusa aos processos de subjetivação neoliberais. O atrevimento de apropriar-se de si, por mais elementar

que pareça, configura uma recusa à ótica estigmatizante imposta à periferia e às juventudes nela presentes.

O fazer artístico pode, por vezes, cair na armadilha da venda e do acúmulo, o que evidencia ainda mais a importância do caráter metodológico experimental da oficina de “Literatura e Escrivência com a Conceição Evaristo”. As materialidades artísticas produzidas nesta não preveem a busca de um valor monetário, técnico ou estético, sendo executada visando ao exercício e ao processo criativo, acarretando processos de percepção e de sensibilidade inteiramente novos (Guattari; Rolnik, 2016, p. 47). Para os participantes da oficina, demonstra-se de grande importância a possibilidade de salientar a maneira descompromissada com esses pressupostos de valor pela qual a confecção dessas materialidades se dá. Tal “descompromisso” permite para os jovens, além de maior liberdade criativa, a construção de um ambiente que visa a processos de singularização menos atravessados por uma ótica de produção.

Por fim, a elaboração e execução da oficina “Literatura e Escrivência com a Conceição Evaristo” apostam no protagonismo juvenil e na sua potencialidade, na efetivação de perspectivas promotoras de (re)existências, na discussão de políticas efetivas valorizadoras dos Direitos humanos e na efetividade de uma outra visão possível para o território estigmatizado da região do Grande Bom Jardim. Nesse cenário, desdobram-se e elaboram-se novas pactuações coletivas por meio da literatura escreviente de Conceição Evaristo, a qual se manifesta para além de uma ética de escrita, assumindo também uma remontagem de vidas brasileiras de corpos estigmatizados pelo cenário da violência e pela falta do cumprimento de Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADA, P. C. DE. *et al.* Atuação de Psicólogas(os) na Escola: Enfrentando Desafios na Proposição de Práticas Críticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, p. e1877342, 2019.
- BARROCO, S. M. S.; SUPERTI, T. Vigotski e o estudo da psicologia da arte: contribuições para o desenvolvimento humano. **Psicologia & Sociedade**, 26(1), p. 22-31. Maringá. 2014.
- BARROS, L. M. R. de; BARROS, M. E. B. de. O problema da análise em pesquisa cartográfica. **Fractal, Rev. Psicol**, Rio de Janeiro, 25(2), 373-390. 2013.
- BARROS, J. P. P. *et al.* Festival das Juventudes: re-existências periféricas durante a pandemia da Covid-19: re-existências periféricas durante a pandemia da Covid-19. **Psicologia Argumento**, v. 41, n. 112, 2023.
- BARROS, J. P. P. Juventudes desimportantes: A produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil. In COLAÇO, V.; GERMANO, I.; MIRANDA, L.; BARROS, J. P. P. (Orgs.), *Juventudes em Movimento: experiências, redes e afetos* (pp. 209-238). **Expressão Gráfica Editora**. 2019.
- BARROS, J. P. P. *et al.* **Violência no Grande Bom Jardim sob a perspectiva de estudantes de escolas públicas de ensino médio**: vitimização, percepções sobre segurança e repercussões educacionais. 2023.
- BENÍCIO, L. F. S et al. Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre homicídios de adolescentes e jovens em Fortaleza, CE. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. esp. 2, p. 192-207, 2018.

- BEZERRA, L. M. **Pobreza e lugar(es) nas margens urbanas: lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim**. 2015. 471f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução no 466 de 12 de dezembro de 2012**: diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília (DF): MS; 2012.
- CASTRO, L. R. DE.; MENEZES, J. DE. A. A economia 'psíquica' importa? Descolonização e elementos subjetivos de re-inscrição social. **Rev. Polis e Psique**. 2020.
- DELEUZE, G. Conversações. São Paulo: **Editora 34**, 1992, p. 161
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Volume 1. São Paulo: Editora 34, 1995
- DE MELO CARDOSO, Helma. **Gênero, sexualidade e escola: contribuições da teorização de Foucault**. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 11, n. 1, p. 8, 2018.
- EVARISTO, C. **Olhos D'água**. Rio de Janeiro: Pallas, Fundação Biblioteca Nacional, 2014.
- EVARISTO, C. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I.R. (Orgs.). **Escrivivência - a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**, 1ª edição, Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Lisboa: Ulisseia, 1961.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S.; **Micropolíticas: Cartografias do Desejo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 47.
- HAN, B. C. **Sociedade do cansaço** (E. P. Giachini, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Vozes. 2015.
- HOOKS, B. **Feminist Theory: From Margin to Center**. Boston: South End Press, 1984.
- KASTRUP, V. **A invenção de si e do mundo**: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2017.
- MEDRADO, B.; SPINK, M. J.; MÉLLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, M. J. P., BRIGAGÃO, J. I. M., NASCIMENTO, V. L. V. & CORDEIRO, M. P. (Org.) **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 274-294. 2014.
- MELO, D. L. B.; CANO, Ignácio Cano (Orgs). **Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) 2014**. Rio de Janeiro: **Observatório de Favelas**, 2017.
- MIRANDA, L. L. *et al.* Como quebrar os padrões sociais?: o racismo no cotidiano de jovens pesquisadores. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 40, n.spe, p. 1-16, 2020.
- MIRANDA, L. L. *et al.* Pesquisando com jovens na escola: desafios da pesquisa-intervenção em dois contextos escolares. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 2, p. 245-254, 2016.
- PASSOS, E.; KASTRUP, V. Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (Org.). **Pistas do Método da Cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 203-237.

PREFEITURA DE FORTALEZA. Índice de Bairros Fortaleza. Big Data. 2020. Disponível em: <<https://www.anuariodoceara.com.br/indice-bairros-fortaleza/>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a Produção de novas análises. **Revista Psicologia Ciência e Profissão do CFP**, n. 4, p. 64-73. 2003.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Edições. 2018.

ROLNIK, S. Pensamento, corpo e devir. Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. **Cadernos de subjetividade**, v. 1, n. 2, p. 241-252, 1993.

SOARES, M. R. N.; MIRANDA, L. L.; BARROS, J. P. P. “A gente combinamos de escre(viver)”: analisadores-escrevientes com estudantes de uma escola pública de Fortaleza/CE. **Revista tempo, espaço e linguagem - TEL**, v. 15, nº. 01, p. 350-383, Janeiro-Junho, 2024.